

Presidência da República Secretaria de Imprensa Discurso do Presidente da República

Mensagem do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, lida pelo Ministro da Justiça, Tarso Genro, por ocasião da abertura do Ano Judiciário

Brasília, 02 de fevereiro de 2009

A abertura do Ano Judiciário de 2009 é uma grande oportunidade para que todos relembremos o amadurecimento da democracia no Brasil. E, sobretudo, para que renovemos o nosso compromisso de trabalhar pela construção de uma sociedade cada vez mais justa, igualitária e com oportunidades para todos.

Vivemos, felizmente, uma época marcada pela solidez de nossas instituições democráticas. As duas décadas de existência de nossa Constituição Federal de 1988, comemoradas há poucos meses, combinam com aquele que é talvez o maior período de normalidade institucional em nosso país.

Esta normalidade só é possível graças à harmonia e à independência que marcam as relações entre os três Poderes da República: Executivo, Legislativo e Judiciário. E fornece aos brasileiros o ambiente oportuno para o exercício de sua cidadania e para a luta em defesa de seus direitos.

Neste sentido, é muito importante destacar os esforços que o Judiciário vem empreendendo no sentido de se tornar cada vez mais ágil e eficiente – e, sobretudo, ainda mais próximo das comunidades e mais acessível a todos os cidadãos.

Trata-se de um grande esforço conjunto, que teve início na aprovação da Emenda Constitucional nº 45, reforçado em dezembro 2004, com a assinatura do Pacto de Estado em Favor de um Judiciário mais Rápido e Republicano. Tal documento – assinado por mim e pelos presidentes do Judiciário e do Legislativo – serviu de guia para uma série de iniciativas



Presidência da República Secretaria de Imprensa Discurso do Presidente da República

efetuadas deste então.

Em um espaço de quatro anos, os esforços simbolizados pelo Pacto resultaram, por exemplo, na aprovação de 18 Projetos de Lei, regulamentadores das diretrizes da Emenda Constitucional da Reforma do Judiciário. E possibilitaram a criação dos Conselhos Nacionais da Justiça e do Ministério Público, além de vários outros avanços com um profundo caráter republicano e democratizante.

A grande verdade é que, com o Pacto firmado em 2004, os Poderes da República fortaleceram sua união em torno do bem comum da população brasileira, sem que com isso perdessem sua independência. E é exatamente por tal motivo que estamos todos novamente empenhados em prosseguir nesse diálogo.

Estou certo de que nossos esforços conjuntos na realização de um Segundo Pacto resultarão em grandes conquistas para toda a população brasileira.

Por isso, louvo o grande empenho do Supremo Tribunal Federal, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Ministério da Justiça, por meio da Secretaria de Reforma do Judiciário, que, juntos, estão conduzindo um diálogo produtivo e respeitoso com o objetivo de elaborar o novo documento.

O Segundo Pacto definirá os principais projetos de lei a serem priorizados para continuarmos aperfeiçoando o sistema normativo brasileiro e dotando a Justiça de mais agilidade e efetividade. Também dará destaque à cooperação em políticas públicas voltadas à concretização dos direitos fundamentais e ao aprimoramento dos serviços prestados à sociedade.

Quero, portanto, desejar a todas as senhoras e a todos os senhores um bom e produtivo ano de trabalho. E quero, especialmente, compartilhar com todos a certeza de que juntos poderemos continuar avançando, para que todos os brasileiros e brasileiras possam exercer de maneira cada vez mais efetiva o direito fundamental do acesso à Justiça.



Presidência da República Secretaria de Imprensa Discurso do Presidente da República

Muito obrigado.

(\$212)